

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício a DTVM apresentou um lucro de R\$ 51.104 mil, correspondente a R\$ 1.022,08 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 79.918 mil. Em 31 de dezembro de 2018 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 7.079,06 com redução de 21,84% em relação ao exercício anterior. São Paulo, 25 de março de 2019

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		857.664	1.012.698	Circulante		509.167	565.297
Disponibilidades.....		114	69	Outras obrigações		509.167	565.297
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	851.618	1.004.169	Fiscais e previdenciárias.....	6 e 8	34.015	35.097
Aplicações no mercado aberto.....		57.716	94.601	Negociação e intermediação de valores.....	7	469.274	526.284
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		793.902	594.561	Diversas.....	6	5.878	3.916
Outros créditos		5.787	8.402	Exigível a longo prazo		24.847	24.384
Rendas a receber.....		5.214	7.981	Outras obrigações		24.847	24.384
Diversos.....	6	573	421	Fiscais e previdenciárias.....	6 e 8	24.461	23.988
Outros valores e bens		145	58	Diversas.....	6	386	396
Despesas antecipadas.....		145	58	Patrimônio líquido	10	353.953	452.499
Realizável a longo prazo		29.823	29.313	Capital social.....		274.104	274.104
Outros créditos	6	29.823	29.313	De domiciliados no País.....		274.104	274.104
Diversos.....		29.823	29.313	Reservas de capital.....		2.584	2.584
Permanente		480	519	Reservas de lucros.....		77.265	176.161
Investimentos		1	1				
Outros investimentos.....		1	1				
Imobilizado de uso		479	518				
Outras imobilizações de uso.....		903	852				
(Depreciações acumuladas).....		(424)	(334)				
Total do ativo		887.967	1.042.530	Total do passivo e patrimônio líquido		887.967	1.042.530

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Subvenção para investimento	Legal		
Em 31 de dezembro de 2016		274.104	2.584	20.168	101.075	397.931
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	79.918
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal.....	10	-	-	3.433	-	(3.433)
Reserva estatutária.....	10	-	-	-	76.485	(76.485)
Juros sobre o capital próprio.....	10	-	-	-	(25.000)	(25.000)
Em 31 de dezembro de 2017		274.104	2.584	23.601	152.560	452.849
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	51.104
Distribuição de dividendos (R\$ 3.000,00 por ação).....	10	-	-	-	(150.000)	(150.000)
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal.....	10	-	-	2.555	-	(2.555)
Reserva estatutária.....	10	-	-	-	48.549	(48.549)
Em 31 de dezembro de 2018		274.104	2.584	26.156	51.109	353.953
Em 30 de junho de 2018		274.104	2.584	23.601	2.560	28.357
Lucro líquido do semestre.....		-	-	-	-	22.747
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal.....	10	-	-	2.555	-	(2.555)
Reserva estatutária.....	10	-	-	-	48.549	(48.549)
Em 31 de dezembro de 2018		274.104	2.584	26.156	51.109	353.953

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pela Administração em 25 de março de 2019.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis:

a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência.
b) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.
c) Permanente: Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, a mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, do CMN tem periodicidade anual.

d) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

e) Passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

(ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

f) Imposto de renda e contribuição social: A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. O ativo diferido refere-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2018: (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15%.

g) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

h) Unidade de ações restritas: Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.

i) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os juros sobre o capital próprio pagos são tratados, para fins das demonstrações contábeis, como dividendos e são apresentados como uma redução do Patrimônio Líquido. Assim, para efeito de elaboração e publicação da demonstração do resultado, o montante da despesa incorrida foi objeto de ajuste mediante reclassificação para lucros acumulados. Os dividendos são contabilizados como uma redução no patrimônio líquido.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 114 (2017 – R\$ 69), aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 793.902 (2017 – R\$ 944.561) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 57.716 (2017 – R\$ 59.608).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicações em operações compromissadas – posição bancada no valor de R\$ 57.716 (2017 – R\$ 59.608) e aplicações em depósitos interfinanceiros com empresas do grupo no valor de R\$ 793.902 (2017 – R\$ 944.561) com vencimento em janeiro de 2019 (2017 – janeiro de 2018).

6. Outros créditos e outras obrigações: "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 28.296 (2017 – R\$ 27.661) (Nota 8 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 1.894 (2017 – R\$ 2.003) (Nota 9). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", referem-se, principalmente, à provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 33.316 (2017 – R\$ 34.365) e provisões para obrigações legais relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 24.461 (2017 – R\$ 23.988) (Nota 8). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicáveis, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para pagamentos relacionados à despesa de pessoal no valor de R\$ 1.553 (2017 – R\$ 1.567), despesas administrativas no valor de R\$ 1.840 (2017 – R\$ 1.661) e valores a pagar a sociedades ligadas no valor de R\$ 1.917 (2017 – R\$ 926).

7. Negociação e intermediação de valores: Referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 469.274 (2017 – R\$ 526.284), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição.

8. Passivos contingentes e obrigações legais: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/13, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09, a Distribuidora revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 40% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia a R\$ 48.365, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS 9.718/98 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941/09 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. Em setembro de 2017, a Instituição promoveu a consolidação dos débitos incluídos no referido Programa nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.735/17. Em 2018, as Autoridades Fiscais confirmaram os pagamentos efetuados e promoveram a baixa dos débitos incluídos no Programa. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2018	2017	2018	2017
Fiscais e previdenciárias.....	28.296	27.661	24.461	23.988
Total	28.296	27.661	24.461	23.988

	Fiscais e previdenciárias		Total	
	Obrigações legais – 2018	2017	Obrigações legais – 2018	2017
Saldo inicial		23.988		22.678
Despesas financeiras - juros.....		687		1.256
Constituições.....		-		54
Reversões.....		(214)		-
Saldo final		24.461		23.988

9. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018	2017
Contingências fiscais.....	748	819
Provisão de honorários advocatícios.....	716	673
Provisão para participações nos lucros.....	334	327
Unidades de Ações Restritas - RSU.....	26	85
Outros.....	70	99
Total de créditos tributários - ativo	1.894	2.003

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 387 (2017 – R\$ 59), tendo sido realizado R\$ 496 (2017 – R\$ 389) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 1.894 é estimada em 19% no 1º ano, 3% nos 2º e 3º anos, 4% nos 4º e 5º anos, 8% nos 6º e 7º anos, 16% nos 8º e 9º anos e 19% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 1.132 (2017 – R\$ 1.152). A Distribuidora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2018	2017
Resultado antes de IRPJ e CSLL	93.210	124.996
Juros sobre o capital próprio.....	-	(25.000)
Resultado ajustado	93.210	99.996
Encargo total de IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(41.944)	(44.998)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(19)	(55)
Efeito CSLL 5%.....	(63)	(24)
Outros.....	(80)	49
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	(162)	(80)
Total da despesa de IRPJ e CSLL no exercício	(42.106)	(45.078)

10. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2017, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 25.000 (Nota 3 (i)). O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 3.750. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 11.250. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o pagamento de dividendos ao acionista no montante de R\$ 150.000, mediante a utilização de parcela correspondente à conta de Reserva de lucros – Estatutária. Em Ata de Reunião de Diretoria, foi deliberado o não pagamento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

11. Benefícios:
(a) Fundo de pensão: A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuárias, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. A Distribuidora registrou despesa de R\$ 223 (2017 – R\$ 210) relacionada a contribuições para o Fundo.

Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício a DTVM apresentou um lucro de R\$ 51.102,08 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 79.918 mil. São Paulo, 25 de março de 2019

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Segundo semestre 2018	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 2017	
Receitas de intermediação financeira		29.324	67.986	111.596
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez.....		29.324	67.986	111.596
Resultado bruto de intermediação financeira		29.324	67.986	111.596
Outras receitas (despesas) operacionais		12.378	25.224	13.400
Receitas de prestação de serviços.....	13a	29.946	58.811	48.548
Despesas de pessoal.....		(4.074)	(7.883)	(7.223)
Despesas administrativas.....	13b	(10.496)	(20.338)	(20.520)
Despesas tributárias.....		(2.933)	(6.284)	(8.104)
Outras receitas operacionais.....	13c	434	1.790	2.031
Outras despesas operacionais.....	13d	(499)	(872)	(1.332)
Resultado operacional		41.702	93.210	124.996
Resultado antes da tributação sobre o lucro		41.702	93.210	124.996
Imposto de renda e contribuição social	9	(18.955)	(42.106)	(45.078)
Provisão para imposto de renda.....		(10.624)	(23.367)	(24.873)
Provisão para contribuição social.....		(8.404)	(18.630)	(19.875)
Ativo fiscal diferido.....		73	(109)	(330)
Lucro líquido do semestre/exercício		22.747	51.104	79.918
Juros sobre o capital próprio		-	-	(25.000)
Quantidade de ações	10	50.000	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$		454,94	1.022,08	1.598,36

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				
	Nota	Segundo semestre 2018	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 2017	
Atividades operacionais		22.638	51.142	80.289
Lucro líquido ajustado		22.747	51.104	79.918
Ajuste ao lucro líquido:		(109)	38	371
Ativo fiscal diferido.....		(73)	109	330
Atualização de depósitos judiciais.....	13c	(422)	(848)	(1.364)
Provisões/reversões para contingências.....	13d	342	687	1.310
Depreciações.....		44	90	95
Variação de ativos e obrigações		165.768	(53.597)	17.315
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez.....		309.199	-	-
Redução/(Aumento) em outros créditos.....		(311)	2.844	(4.317)
Redução/(Aumento) em outros valores e bens.....		(39)	(87)	2
(Redução)/Aumento em outras obrigações..		(138.628)	(13.212)	82.362
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(4.453)	(43.142)	(60.732)
Caixa líquido proveniente(utilizado) nas atividades operacionais		188.406	(2.455)	97.604
Atividades de investimento		-	-	-
Aquisição/(Alienação) de outros imobilizados de uso.....				

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2019



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3